

Quando um muro separa e nenhuma ponte une*

Lúcia Leitão**

Resumo

O objetivo deste texto é mostrar como a *casa-grande*, centro da organização social do Brasil patriarcal (Freyre, 1936), repercutiu na configuração atual da cidade brasileira. Amparada no conceito de *identificação* (Freud, 1973), busca-se fazer ver como e por que a sociedade brasileira reproduz, exaustivamente, e com isso ratifica um modelo espacial essencialmente privado – cuja manifestação recente são os *shopping centers* e os condomínios fechados –, claramente excludente, segregador como poucos, no ambiente construído que cotidianamente edifica. Trabalha-se com a hipótese de que, organizada em torno do espaço privado, *a cidade brasileira ainda não construiu o seu espaço público* porque esse tem sido o seu modo particular de segregar pessoas social e etnicamente menosprezadas na sociedade brasileira, da colônia aos nossos dias.

Palavras-chave: cidade brasileira; urbanismo; segregação; espaço público.

Abstract

The aim of the present text is to demonstrate how the "Big House" (casa-grande), as the center of social organization in patriarchal Brazil (Freyre, 1936), has repercussions in the current configuration of Brazilian cities.

* O título deste trabalho tem como referência o verso *Quando o muro separa uma ponte une*, de Maurício Tapajós e Paulo Sérgio Pinheiro, na canção *Pesadelo*.

** Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: luleitao@hotmail.com.br

Supported by the concept of identification (Freud, 1920-21), the intention is to reveal how and why Brazilian society exhaustively reproduces, and thereby ratifies, a spatial model based essentially on private ownership - the most recent manifestations of which include shopping malls and private condominiums - in the constructed environment the society erects. Such a model is clearly exclusive and segregating. The hypothesis put forth is that being organized around private ownership, Brazilian cities have not yet constructed their public spaces, for this has been their particular manner of segregating socially and ethnically underrated individuals in Brazilian society, from colonial times to the present day.

Key-words: *Brazilian city; urbanism; segregation; public space.*

Dois pintores brasileiros de hoje podem ser apresentados como poetas [...]. Num, sobrevive principalmente um menino de casa-grande [...]. Noutro, sobrevive um menino criado em sobrado de pai rico, comissário de açúcar, residente na Madalena do Recife: *casa de azulejo dando para o rio, portão de ferro rendilhado separando o filho mimado da rua, dos perigos da rua, das vulgaridades da rua.*

(Freyre, 1979, p. 68, grifos da autora)

Em um dia comum, a dona-de-casa Adriana, 39, sai de manhã para a sua aula de ginástica, passa pelo salão de beleza para fazer as unhas, leva o filho ao curso de inglês e compra no mercadinho algum ingrediente que falta para o almoço. Ao fim do dia, ainda acompanha os treinos da filha na quadra de tênis e, se der, assiste a um filme com as amigas. *Para fazer todas essas atividades, porém nem ela nem os filhos precisam colocar um pé que seja para fora do condomínio [...].*

(*Folha de S. Paulo*, junho 19, 2005, grifos da autora)

Anotações preliminares

Sob o foco do urbanismo, busca-se chamar a atenção, com este texto, para as marcas identitárias que têm levado a sociedade brasileira a produzir, desde sempre, um espaço edificado marcadamente excludente. O mote para a construção do argumento que ora se

desenvolve vem da escrita gilberteana, notadamente *Sobrados e Mucambos* (Freyre, 1990), texto no qual o autor oferece uma narrativa detalhada do *desenvolvimento do urbano* na vida brasileira.

Com a escolha desse texto em particular pretende-se apontar para a relação existente entre a paisagem social do Brasil oitocentista e a configuração urbanística da cidade brasileira contemporânea. Essa relação entre *vida social e construção do espaço* permite melhor compreender a assertiva de Mitscherlich (1970, p. 63), segundo a qual “a maneira como damos forma ao ambiente que nos cerca é uma expressão do que somos internamente”. Permite também que se compreendam melhor as razões pelas quais a sociedade brasileira vem repetindo, exaustivamente, o modo patriarcal de conceber o espaço edificado sem que, aparentemente, se dê conta dos custos sociais e urbanísticos decorrentes desse modo de edificar.

Apoiado na psicanálise, o segundo eixo teórico sobre o qual se ancora este texto, a escrita do psicanalista alemão citado acima nos permite ver que, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, ou aos menos avisados, a forma física que a cidade expressa não decorre do acaso, mas antes reflete, magistralmente, valores, crenças e desejos do ajuntamento humano que a fez surgir – donde seu caráter identitário assinalado anteriormente.

Da extensa narrativa produzida por Freyre ao longo de sua obra, destacam-se, em especial, dois aspectos fundamentais para as idéias aqui expressas. O primeiro é que a paisagem social brasileira – para usar aqui uma expressão tão cara ao celebrado mestre de Santo Antônio de Apipucos – se constituiu em torno da casa, do espaço privado, portanto. O segundo aspecto, conseqüência direta dessa escolha socioambiental, é que nessa mesma paisagem não havia lugar para o não familiar, para o público conseqüentemente, donde possivelmente, deriva o processo de profunda negação da rua, o espaço público por excelência (Merlin e Choay, 2000), na cidade brasileira – da colônia aos nossos dias.

É a partir dessa circunstância – em que a casa diz não à rua, criando, assim, uma relação de oposição entre esses dois elementos fundamentais da cidade em sua expressão urbanística – que se trabalha, neste texto, com a hipótese de que o modo como se organizou a vida urbana no Brasil oitocentista produziu, espacial e psicologicamente,

um ambiente urbanístico de exclusão, claramente hostil para os socialmente desprezados, cuja repercussão na sociedade brasileira contemporânea ainda não foi suficientemente investigada.

Essa relação de oposição, por sua vez, não surge *au hasard*, como diriam os franceses. Muito ao contrário, espelha, e assim reflete marcas culturais não apenas profundamente arraigadas na vida social brasileira como também especialmente valoradas, a ponto de distinguir o modo brasileiro de edificar, ainda segundo Freyre. É nesse ponto que o conceito freudiano de *identificação* oferece uma explicação plausível para que melhor se compreenda como a casa do Brasil patriarcal, aqui referida como síntese do espaço edificado, se tornou *brasileirinha da silva* (Freyre, 1933). E isso porque, com esse conceito, é possível apreender mais facilmente como e em que medida o ambiente construído não apenas reflete a sociedade que o edifica como também possibilita que crenças e valores dessa sociedade se perpetuem ao longo do tempo, donde sua exaustiva repetição, conforme se quer mostrar adiante.

O texto está organizado em três partes principais. Na primeira delas chama-se a atenção para o modo como, refletindo espacialmente os valores mais caros da sociedade, *a casa diz não à rua* na realidade brasileira. Em *espaços de exclusão*, a segunda parte do texto, busca-se trazer à tona algumas das repercussões socioespaciais decorrentes da negação da rua no ambiente urbanístico contemporâneo. *Mostra-me teu espaço*, a derradeira das três partes aqui anunciadas, sugere sob que artimanhas psíquicas o ser humano se identifica com o espaço que produz e habita de modo a expressar nesse espaço parte de si mesmo. Conclui-se o texto apontando para o fato de que a sociedade brasileira ainda não se deu conta, aparentemente, da necessidade de rever o modelo de identificação que a tem constituído de modo a favorecer a exibição de uma outra face social, capaz de produzir uma nova paisagem edificada, mais adequada à vida que se quer urbana, isto é, plena, cidadina.

A casa diz não à rua

Muito se tem escrito sobre a casa-grande como símbolo do sistema patriarcal sob o qual se organizou a paisagem social do Brasil. Menos comum é vê-la como unidade socioespacial basilar no urbanismo, isto é, como elemento gerador do ambiente construído que caracterizaria as cidades brasileiras.

Na verdade, o ambiente urbano no Brasil se constituiu inteiramente em torno da casa – aqui entendida como símbolo maior do espaço privado –, em especial do sobrado, que, na cidade então nascente, assumiu plenamente as funções, reais e simbólicas, da casa-grande brasileira. Assim sendo, no tempo em que se deu o desenvolvimento do urbano em nossas terras tropicais, reproduziram-se, tanto no desenho quanto no uso do espaço urbanístico, as mesmas marcas, de *centralismo*, de *domesticidade*, de *privativismo* características da organização social que deu forma à casa-grande patriarcal anotadas por Freyre. Sobretudo, expressou-se então, com clareza invulgar, uma profunda rejeição à rua, espaço público fundamental para a vida que se quer urbana, plena, cidadina.

Coerente com os valores que essas marcas anunciavam, a casa-grande brasileira foi produzida e experienciada não apenas em sua função mais óbvia – espaço de morar –, mas também no sentido ampliado que lhe dá Freyre, quando a ela se refere como “o antigo bloco partido em muitas especializações – residência, igreja, colégio, botica, hospital, hotel, banco” (1933, p. XLVI). Esse é um ponto digno de nota ante os objetivos deste texto, uma vez que essa *casa-bloco* prenunciava, desde então, um desenho espacial centrado no espaço privado, voltado para dentro, de costas, portanto, para o ambiente público.

Nesse sentido, uma análise sucinta do sobrado oitocentista, feita a seguir, traz à luz o modo como se deu o *império da casa* e o conseqüente *desprestígio da rua* no nascedouro da vida urbana no Brasil. Com ela é possível melhor compreender a natureza identitária da relação espaço-sociedade, oferecendo, desse modo, uma razão plausível para que se entenda mais claramente as razões pelas quais a cidade brasileira ratificou, ao longo do tempo, a paisagem social do Brasil dos patriarcas – os “donos das terras, donos dos homens, donos das mulheres” (ibid., p. XXI) –, conforme busca-se mostrar com este texto.

O ponto de partida desta análise é a planta baixa desse sobrado. Coerente com a valorização do espaço privado, essa planta aparece totalmente voltada para o interior da habitação. Denuncia, assim, uma perfeita harmonia entre o espaço edificado e a natureza *privativista da casa de residência no Brasil*, segundo anotação feliz de Vauthier (Freyre, 1940), o arguto engenheiro francês que o Brasil recebeu nos idos do século XIX.

Logo à primeira vista, chama a atenção uma aparente contradição entre a localização da *sala de visitas*, voltada para o exterior, para o que seria o espaço público, portanto, e o papel absolutamente restrito, segregado, que lhe cabia no cotidiano da vida familiar. Ao observador mais apressado, essa localização poderia sugerir uma aproximação do espaço doméstico em relação ao espaço público, uma vez que para ele se abria a sala de visitas em suas múltiplas janelas e aberturas. No entanto, a função que essa sala devia desempenhar no espaço doméstico contradiz, francamente, essa possível interpretação.

A sala de visitas, no sobrado, não se destinava ao estar da família. Muito pelo contrário, era esse o espaço dedicado ao estranho, ao visitante, ao não-familiar. A natureza não-familiar da sala de visitas fica clara quando se sabe que a ela tinha acesso tão-somente o dono da casa no momento em que recebia seus visitantes. Vedada às mulheres, inclusive à dona da casa, e às crianças, essas salas funcionavam como um elemento a mais a afastar a vida doméstica do espaço público. Assim sendo, *a localização* dessa sala, bem como *o uso* que lhe era destinado no contexto social em que esse espaço estava inserido, contribuíam para manter a vida familiar afastada da rua. É como se um muro simbólico tivesse sido erguido entre a cena doméstica e a vida no espaço público.

Nesse sentido, a sala de visitas menos mediava uma relação, que se mostrava difícil entre a casa e a rua, do que consolidava, espacialmente, a separação entre o que era familiar e o que lhe era estranho, aquele ou aquilo cuja proximidade deveria ser evitada a todo custo. Assim, a vida em seu cotidiano tinha lugar mesmo em dois outros espaços – a sala de viver e a cozinha –, cuja localização no sobrado atestam, exemplarmente, a domesticidade que caracterizou a casa brasileira.

Impedidas de sair à rua – e de sequer chegar perto do espaço que não o doméstico, inclusive a sala de visitas, que, a rigor, não lhes pertencia, como se anotou antes –, era nas salas de viver que a dona da casa e suas filhas passavam boa parte do seu tempo. Localizadas no interior da edificação, coerentemente, portanto, com a idéia de espaços que “se fechavam *contra* a rua” (Freyre, 1936, *op. cit.*, p. 155, grifo da autora), essas salas eram mais confortáveis do que outros espaços da casa porque tinham aberturas que permitiam a entrada de luz e de ar, uma vez que se abriam para os espaços livres existentes na parte posterior da edificação.

Diferentemente das alcovas, por exemplo, fechadas, escuras, quentes e insalubres, as salas de viver favoreciam o estar, tornando assim o dia-a-dia mais agradável. Graças à ventilação e aos raios solares que recebiam diretamente, esses espaços eram muito mais saudáveis e bem mais adequados à vida, portanto.

É interessante observar que os espaços destinados à vida doméstica nos sobrados eram, precisamente, os espaços que se localizavam no interior da habitação. Eram recintos absolutamente inacessíveis a qualquer coisa, pessoa ou circunstância que lembrasse o que era público, o que se não mostrava familiar. Assim, na arquitetura do sobrado aparecem como espaços opostos, ratificando a organização social brasileira, enquanto em outros arranjos sociais se confundem entre si, de modo a atender a uma outra paisagem social.

Um outro elemento trazido à luz ainda pela planta baixa é o *pátio interno*. Em muitas composições espaciais, os sobrados voltavam-se para o pátio interno, (Freyre, 1990), e para o quintal, e assim *se fechavam contra a rua*, ratificando a idéia de antagonismo entre esses dois espaços fundamentais da cidade.

Coerente com a sua função social de transmissão de valores culturalmente partilhados, a arquitetura produziu, com o sobrado, um espaço em tudo adequado à função do espaço de morar daquele momento específico. Destarte, a norma implícita estabelecida pela casa-grande, segundo a qual o encontro com estranhos deveria ser evitado a todo custo, transposta para a vida na cidade, evidencia, claramente, a dificuldade da casa patriarcal, agora transformada em sobrado, em conviver bem como em fazer surgir o espaço público.

Nessas circunstâncias, a forma arquitetônica que o sobrado materializou ratificava, naturalmente, a intenção patriarcal de manter a vida familiar fechada contra a rua, repita-se uma vez ainda – e não apenas no que dizia respeito às mulheres, inteiramente afastadas de tudo que pudesse significar contato com o mundo exterior.

Mas, além da forma espacial, o sobrado também herdou da casa-grande a sua marca de distinção e de pretensa *fidalgua*. Habitar um sobrado era símbolo inequívoco de *prestígio social*. Como consequência, a arquitetura que começa a definir o espaço edificado nas cidades brasileiras vai refletir, naturalmente, o lugar social de cada morador, não apenas na forma, no emprego de materiais nobres, mas também no volume edificado.

Edificações com vários pavimentos constituíam, assim como proclamavam, a habitação dos senhores de engenhos quando estes se transformaram em moradores da cidade. Hierarquizavam, portanto, por si mesmas, a posição social do morador, enunciando nitidamente os valores sociais inerentes àquela sociedade.

A força dessa hierarquização explícita no desprezo pelo rés-do-chão, pela rua, conseqüentemente, era tamanha que o uso dado a cada nível de piso do sobrado denunciava o desprestígio que marcava a edificação térrea.

Destarte,

(...) *os pavimentos térreos* dos sobrados, quando não eram utilizados como loja, deixavam-se para acomodação de escravos e animais, ou ficavam quase vazios, mas *não eram utilizados pelas famílias dos proprietários*. Definiam-se com isso as relações entre os tipos de habitação e os estratos sociais: habitar um sobrado significava riqueza e habitar casa de “chão batido” caracterizava a pobreza. (Reis Filho, 2004, 28, grifos da autora)

Assim, na arquitetura do sobrado a “fidalgua” brasileira se expressou no gosto pela construção verticalizada erguida bem acima do nível da rua. Esse é, pois, um outro ponto a considerar quando se aponta para o desprestígio da rua, para a sua negação no ambiente construído que o Brasil fez surgir. A verticalização e, com ela, o *distanciamento da rua* era, pois, em si mesma, na realidade brasileira, um modo de distinção social à medida que afastava os moradores assobradados do espaço desvalorizado da rua.

É interessante observar a marca de brasilidade – decorrente da casa-grande – expressa nesse modo de construir. Afinal, também a casa-grande se erguia acima do rés-do-chão. Ao fazê-lo, anunciava distinção e pretensa nobreza. Anunciava, principalmente, que ali existiam senhores – a expressão é de Vauthier (Freyre, 1940) – que se queriam distinguir da “plebe” escrava que habitava o rés-do-chão.

A idéia de que o afastamento do nível do chão pode ser vista, também, como uma marca da casa brasileira em seu afã de distinção fica mais nítida quando se sabe que, em outros arranjos sociais, a casa, por mais nobre que seja, se abre à rua sem nenhum problema aparente.

Um exemplo desse outro modo de edificar é a residência oficial do primeiro ministro britânico, um dos endereços mais prestigiados do mundo ocidental, edificada no nível da rua, diretamente aberta para o espaço público, como mostra a figura a seguir.



10, Downing Street, Londres. Site oficial do governo britânico.

Esse exemplo sugere que o afastamento da rua, na realidade brasileira, mais do que expressar uma possível escassez de terras, como no caso do Recife, ou a superação dos problemas gerados por uma topografia acidentada, a exemplo de Salvador, indica, *também*, a permanência dos valores patriarcais na produção da paisagem edificada da cidade brasileira. Nesse contexto, não surpreende que a rua brasileira, o espaço de todos, tenha nascido feia, suja, fétida,

desprestigiada, concebida como mero caminho em direção à casa, ao espaço que se queria nobre, distinto, fidalgo.

Do ponto de vista urbanístico, o desprestígio da rua brasileira em seu nascedouro – e ainda em nossos dias –, o seu não reconhecimento como espaço fundamental da vida urbana, pode ser apreendido a partir de três pontos principais. O primeiro vem à tona quando se observa o uso plebeu – destinado ao escravo, ao pobre, ao negro – que lhe foi dado. O segundo evidencia-se *na função de circulação* – de animais, *de águas servidas, etc.* – que marcou o seu nascedouro – e, finalmente, *na forma residual*, quase ao acaso, sugerida em muitos arranjos espaciais.

Como se vê, ainda que sucintamente dados os objetivos e limites deste texto, estavam postas as bases que determinariam a configuração urbanística da cidade brasileira tal como a conhecemos hoje.

Espaços de exclusão

Como conseqüência do que se disse anteriormente, isto é, à sombra da herança cultural da casa-grande, a cidade produziu, e continua a fazê-lo, um ambiente de exclusão, centrado no espaço privado, com todas as conseqüências sociourbanísticas decorrentes desse fato, mesmo que disso não pareça dar-se conta, ainda, a sociedade brasileira.

Em sua expressão atual, a primazia do espaço privado – exclusivo e excludente – materializa-se, por exemplo, na construção, cada vez mais intensa, de condomínios fechados nas principais cidades brasileiras, cuja característica marcante é o fato de se constituírem em *espaços que se fecham em si mesmos*.

Nesses espaços, não é apenas o modo de habitação condominial, isto é, um espaço partilhado entre co-proprietários que está sendo difundido, mas também um estilo de vida, um modo de morar no qual o espaço privado afastado do ambiente que lhe é externo se faz mais e mais valorizado. Assim sendo, especialmente nos condomínios horizontais, o *marketing* feito para atrair potenciais moradores específica, claramente, a oferta de diversos serviços a serem prestados dentro dos condomínios, de modo que seus habitantes possam

usufruir o conforto de vivenciar o espaço da casa, mantendo-se ao mesmo tempo o mais distante possível do espaço da rua.

Esses ambientes são espaços que se fecham contra a rua, num processo claro e explícito de reafirmação dos valores – devidamente atualizados na vida contemporânea – que definiram o reinado da casa em tempos patriarcais, tanto e em tal proporção que a comercialização desses condomínios anuncia, abertamente, como uma vantagem a mais a se juntar à compra do espaço de morar, a possibilidade de viver nesses ambientes *sem sair à rua – sem colocar um pé que seja para fora do condomínio*, conforme indica epígrafe registrada neste texto – ou saindo o mínimo possível, exatamente como queriam os moradores dos sobrados urbanos do Brasil oitocentista, como mostra Freyre.

Não é à toa, portanto, que, nesses ambientes, o que poderia ser chamado de rua não passa de um arremedo desse espaço. São meros acessos para a chegada à casa, mas que não têm nenhuma função pública, quer urbanística quer socialmente falando. Nessas “ruas” não se observa qualquer vestígio de vida urbana. São espaços vazios, ociosos quanto ao uso, mortos socialmente, como bem exemplifica a figura a seguir.



A rua como mero acesso à casa. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 2004, nov., 7, informe publicitário.

Assim sendo, os moradores desses ambientes não utilizam esses espaços para a diversão ou para o encontro. As crianças brincam no *playground* enquanto os adultos se divertem no salão para festas ou em ambientes assemelhados, espaços onde efetivamente se dá a convivência.

Do ponto de vista social, constituem-se, pois, no espaço dos iguais – vizinhos com hábitos, costumes, renda, etc., assemelhados –, circunstância que, ao mesmo tempo que lhes tira qualquer característica ou função pública, assinala o caráter segregador desses ambientes.

É evidente que a violência urbana, nos níveis absolutamente alarmantes e intoleráveis a que se chegou no Brasil atual, oferece uma ótima justificativa, plenamente apoiada na racionalidade, para que as pessoas se fechem contra a rua. No entanto, a opção por esse modo de morar – na verdade uma escolha por um modo de viver – expressa apenas a face racional, declarada da questão. Consideradas as marcas de brasilidade que caracterizam a construção da paisagem edificada no país, é lícito levantar a hipótese de que a preferência por esse modo de vida em ambientes que *se fecham contra a rua* manifesta, de fato, a permanência de valores caros à casa quando esta se fez brasileira.

Na verdade, um olhar mais acurado sobre essa questão pode revelar que, embutida na realidade da insegurança urbana, a preferência pela moradia em condomínios fechados manifesta, também, o *desejo de se fazer distinto*, quer social, quer espacialmente, de se manter longe “*das vulgaridades da rua*” (Freyre, 1979, p. 68, grifos da autora), identificada, ainda hoje, como o espaço do pobre, do moleque, do socialmente marginalizado, enfim.

Nesse sentido, o argumento da insegurança urbana, usado como justificativa para esse modo de habitar expressa apenas uma meia verdade. Se é fato que nesses espaços se dispõe de maior segurança – aquela que se pode comprar – não é verdade que neles se possa estar verdadeiramente a salvo de qualquer ação criminosa, conforme atestam, exemplarmente, os crimes praticados em condomínios “altamente seguros”, divulgados pela mídia nacional com assustadora frequência.

A questão da violência urbana em sua expressão urbanística é, assim, um dos pontos para o qual os construtores da cidade, notadamente os herdeiros da casa-grande assobradada, não deram ainda a devida importância. Talvez por isso continuem a repetir, na cidade atual, alguns dos equívocos que marcaram a forma de edificar no Brasil oitocentista.

Gilberto Freyre, no texto que norteia estas reflexões, chamou a atenção para a *hostilidade* – ou a *inimizade*, em suas palavras –, presente na relação do sobrado com a rua, ao anotar a raiva dos que, na rua, se sabiam excluídos dos espaços nobres assobradados. Se se tem em mente que os que estavam na rua naquele momento específico da história brasileira eram os escravos libertos e seus pares sociais, é fácil perceber o sentimento de exclusão que explodia na raiva incontida contra o sobrado e tudo aquilo que ele simbolizava.

Para aqueles que vivenciavam a rua, os escravos e depois os trabalhadores mais pobres, moradores do mocambo ou da casa construída ao rés-do-chão, o sobrado, o espaço privado, representava pelo menos dois momentos de exclusão: o primeiro referia-se à vida familiar da qual os escravos eram, no desempenho da sua função servil, meros apêndices. O segundo dizia respeito à exclusão da vida urbana, uma vez que fora do sobrado não havia nenhum tipo de reconhecimento social.

A maneira encontrada para mediar essa relação dá bem a medida da tensão que a permeava. Do lado dos moradores dos sobrados, a solução para “defender a casa da rua” foi a utilização de “cacos de garrafas nos muros; as lanças pontudas de seus portões e das suas grades de ferro, a grossura das paredes [...]”. O outro lado, o lado dos “mulecotes”, a isso respondia “*pulando o muro para roubar frutas*” ou, numa clara expressão da hostilidade alimentada por essa relação desigual, se dedicava a fazer “dos umbrais de portões ilustres, das esquinas de sobrados ricos, dos cantos de muros patriarcais, mictórios e às vezes, latrinas” ou “simplesmente sujá-lo com palavras ou figuras obscenas” (Freyre, 1936, p. 199 e p. 608, grifos da autora).

Alheia aos registros da escrita gilberteana, a sociedade brasileira não se deu conta, ainda, da repercussão social, e mesmo urbanística, da produção indiscriminada de espaços de exclusão manifestos na construção de muros altos, de espaços vedados até mesmo ao olhar do outro, na cena urbana contemporânea. Não se deu conta, portanto, da hostilidade que esse ambiente expressa, nem tampouco dos efeitos desse modo de edificar nas relações sociais, *urbanas* – no sentido próprio do termo, isto é, de favorecer ou de dificultar a prática da urbanidade – da reação, por parte dos excluídos, que esse modo de construir pode produzir.

Não perceberam, principalmente, que *a negação da rua*, materializada na construção de muros altos, de guaritas eletrônicas hermeticamente fechadas, de espaços que se fecham para o convívio social, pode ser um elemento a mais na incitação da violência urbana, na medida em que reforça o sentimento de segregação – e o ódio que o acompanha – de todos e de tudo que esteja alijado do espaço privilegiado da casa, do espaço privado, portanto.



Residências em “bairro nobre”, no Recife. Acervo fotográfico da autora.

O segundo tipo de espaço edificado a indicar a opção brasileira por um modo de vida privado e *privativista* tão ao gosto do Brasil patriarcal aparece na cidade contemporânea sob a forma de *shopping centers*. Também eles se têm reproduzido sem medida na cidade brasileira. À semelhança da casa e de seu *ajustamento* – a expressão é de Freyre, uma vez ainda – à vida nacional, também esses espaços logo manifestaram a marca de brasilidade que distingue a paisagem edificada no Brasil.

Assim, entre nós, esses espaços não desempenham apenas a função de centros de compra que os caracteriza em outros contextos sociais. Aqui, os *shopping centers* rapidamente *se abasileiraram*, transformando-se, precisamente, em *espaços-bloco*, tal como o foi a casa-grande brasileira em seu nascedouro. São espaços em que, além de centro de compras, toda uma gama enorme de serviços e atividades é oferecida e neles desenvolvida: escolas de línguas, cinemas, espaços para festa, consultórios médicos, unidades laboratoriais e mesmo hospitalares, mercearias, agências bancárias, cabeleireiros, livrarias, cafés, etc.¹

1 É verdade que em algumas metrópoles, especialmente européias, podem ser encontrados os chamados *shopping centers* temáticos, destinados a oferecer uma multiplicidade de usos e funções. Observe-se, no entanto, que nesses casos essa

Eminentemente privados, posto que de uso coletivo, esses ambientes deixam extremamente claro o papel que pretendem desempenhar na vida social brasileira. Assim, são espaços que acolhem apenas os iguais – rejeitando claramente aqueles que não pertencem ao mesmo grupo social –, à semelhança do que fazia a casa patriarcal. Agora, a natureza privada e *privativista* do espaço que na casa-grande se expressava em sua domesticidade se revela, nos *shopping centers*, na seleção “natural” dos que são convidados a freqüentá-los, definida pelo poder aquisitivo de cada um.

Nos *shopping centers* brasileiros, a idéia de um espaço destinado apenas aos iguais e, nesse sentido, familiares, exatamente como ocorria na casa-grande, fica muito clara, quando se observa o perfil dos usuários desses espaços especiais. Nas cidades maiores, essa distinção é tão nítida que é possível saber de antemão que grupo social se vai encontrar em cada *shopping center* da cidade.

Mas, não apenas no que diz respeito à segregação social os *shopping centers* se abramileiraram. No que se refere à função que esses espaços desempenham na sociedade, também é possível ver a marca de brasilidade que lhes foi transmitida.

Os *shopping centers* brasileiros transformaram-se em *ponto de encontro*, exatamente o papel que compete ao espaço público em qualquer sociedade onde esse espaço tenha efetivamente surgido, tanto e em tal medida que muitos se apressaram em defini-los como “o novo espaço público”, esquecendo-se de que nos *shopping centers* estão ausentes algumas das condições fundamentais para que um espaço possa ser reconhecido e usufruído como espaço público.²

Além de ser necessariamente aberto, isto é, sem qualquer limitação ou condição para que a ele se tenha acesso, o espaço público,

multiplicidade de usos e ambientes tem como objetivo o entretenimento e não a intenção de retirar as pessoas da rua – que continuam cheias, freqüentadas, nessas cidades –, como ocorre, explicitamente, na realidade brasileira.

2 “De uso muito recente no urbanismo, a noção de espaço público não foi até hoje objeto de uma definição rigorosa. Considera-se espaço público a parte não construída de domínio público de uma cidade destinada a uso público (...). Largamente presentes no urbanismo operacional dos últimos quinze anos, os debates modernos sobre as formas e as significações do espaço público no ambiente urbano são ainda fortemente dependentes de referências históricas e morfológicas”. Merlin.

em sua expressão urbanística, é também o espaço da pluralidade, do encontro e do convívio com o diferente, bem ao contrário de um espaço onde renda e classe social são condições imprescindíveis para nele ser acolhido.

Poucos espaços, no Brasil, explicitam, pois, tão claramente, os valores patriarcais quanto esses centros de compra e de prestação de serviços. Ao se *abrasileirarem*, esses espaços mostraram que também eles se produziram à imagem e semelhança da sociedade brasileira. Caíram, portanto, como uma luva numa sociedade segregadora como poucas. Assim, diferentemente do que acontece em outros arranjos sociais, o *shopping center* nacional tem função e uso próprios. Não é, pois, um simples centro de compras, aberto a todo e qualquer consumidor. É, sim, um *espaço-bloco* produzido precisamente com a intenção de tirar as pessoas da rua, fazendo-as ficar o maior tempo possível no seu interior, no espaço privado.

É para afastar as pessoas da rua e do seu desprestígio que o *shopping center* se fez bloco, isto é, agregou à função de centro de compras quase todas as outras atividades que antes tinham lugar no espaço urbano: ir ao banco, consultar o médico, freqüentar a escola, arrumar o cabelo, ir ao cinema, encontrar os amigos, etc. Assim, atividades antes desenvolvidas em espaços diversos passam a ter lugar num espaço único, o *espaço-bloco*, outra vez materializado no ambiente construído brasileiro.

Como conseqüência, nitidamente ancorado no modo patriarcal de conceber a vida social, esse novo espaço livra os *brasileiros de antiga linhagem* como diria Vauthier, *das vulgaridades da rua*, do espaço sujo, feio, tantas vezes mal cuidado da cidade brasileira. Socialmente, garante que *cada um se sinta em casa*, uma vez que ao seu redor estão apenas aqueles que lhe são familiares, aqueles com os quais há uma perfeita identificação, uma vez que pertencem ao mesmo agrupamento social.

Do ponto de vista da produção da paisagem edificada da cidade brasileira, a distinção que esses espaços – segregados e segregadores como poucos – perseguem se expressa em espaços que não se integram com o entorno onde estão fisicamente inseridos, que não se misturam com o *resto* da cidade. No que diz respeito à configuração urbanística constituem-se, portanto, em espaços

guetos, em enormes bolsões edificadas, apartados dos espaços que os circundam, assentados, muitas vezes, no ambiente construído, como elefantes em lojas de louça.

Ao seu redor, tudo se transforma, de modo a acolhê-los, independentemente da destruição que possam trazer a outros espaços da cidade, a exemplo de centros históricos, plenos em valor simbólico e por isso mesmo fundamentais para a construção e a manutenção da memória coletiva de qualquer ajuntamento humano.

Na realidade brasileira, com as exceções de praxe, a implantação de *espaços-bloco*, quer sejam condomínios habitacionais quer sejam *shopping centers* favorece, freqüentemente, a exclusão dos demais espaços da cidade, notadamente quando a vizinhança não lhes é conveniente social e economicamente falando. Mas nada disso decorre do acaso, como se verá a seguir.

Mostra-me teu espaço

“A gente como que se encontra... e se lembra de cousas que a gente nunca soube” (Freyre, 1933, p. XXX, grifos da autora), mas que estavam lá dentro da gente. Atirando no que via, mas acertando no que sequer suspeitava – a natureza identitária e inconsciente da relação que se estabelece entre sujeito e espaço –, Lúcio Costa atesta a permanência de um passado que teima em se fazer presente, materializado no ambiente construído da cidade.

Gilberto Freyre faz ressoar o sentimento de Costa e invoca a sensibilidade que caracteriza os mestres da literatura para tentar compreender o fenômeno. “Proust devia explicar isso”, diz ele.

Aos mortais comuns, destituídos da “personalidade singularríssima” que caracteriza poetas e escritores (Freud, 1973, p. 1343), resta o consolo do conhecimento que se faz à luz da ciência. É justamente nesse ponto – por oferecer uma explicação científica³ ao que Proust daria uma interpretação pela arte da palavra escrita – que a

3 Não se desconhece a discussão existente na comunidade científica sobre a questão da cientificidade da psicanálise, mas este não é o lugar para desenvolver esse tema. Sobre o assunto ver, dentre outros, Japiassu (1989); Birman e Roth.

psicanálise apresenta uma explicação plausível para que melhor se compreenda como e por que a experiência de vivenciar um lugar, um ambiente que se ergue graças não apenas à pedra e à cal mas, sobretudo, ao gênio humano, pode fazer com que *a gente se encontre* consigo mesmo e com o outro, com aquele ou aquilo que nos faz humanos.

À luz da teoria freudiana é possível melhor compreender como e em que medida elementos socioespaciais que deram origem à casa patriarcal, inscrita em nós de modo indelével – porque se fez parte da nossa história e, nesse sentido, parte de cada um dos brasileiros – continuam a edificar a cidade brasileira contemporânea.

O conceito-chave da psicanálise que permite explicar sob qual artinha psíquica se dá esse fenômeno na vida humana é o conceito de *identificação*. Com esse conceito, Freud (1920-21) desenvolveu a idéia de que cada sujeito se constitui a partir de uma relação singular – quanto à natureza – com o outro, isto é, com aquele ou aquilo que, embora anterior e exterior a esse sujeito, ainda assim o determina (Chemama, 1995).

A identificação é o mecanismo psíquico a partir do qual o sujeito – em sua definição psicanalítica – se constitui e se reconhece em sua condição humana. A idéia-força que o conceito traz à tona é a questão da imprescindibilidade do outro. A teoria freudiana dá, assim, eco à idéia que a filosofia já anunciava, de que o tu precede o eu, mostrando que esse processo se dá de modo absolutamente inconsciente.

A rigor, à luz da psicanálise, não se pode falar em sujeito sem que se considere a relação com o outro, sem que se dê a realização do processo psíquico que permite ao indivíduo humano sujeitar-se, isto é, tornar-se sujeito. Não se nasce sujeito, portanto. É pela experiência de existir que o ser humano tem a oportunidade de tornar-se sujeito. É nesse sentido que o outro se oferece como modelo e como espelho. “Incapaz de ver seu próprio rosto” – a afirmativa deriva do filme *Lisbon Story*, de Win Wenders –, é mirando no outro que o ser humano pode ver a si mesmo, reconhecendo-se, portanto, em sua humanidade.

A relevância do conceito de identificação em sua formulação psicanalítica, ante os objetivos deste texto, reside no fato de que com

ele Freud oferece, pelos caminhos da ciência, uma explicação plausível – aquela mesma que Freyre esperava da escrita proustiana – para uma melhor compreensão das razões, agora inconscientes, pelas quais a gente *como que se encontra* em ambientes que estavam dentro de nós.

Em outras palavras, à luz do conceito de identificação é possível melhor compreender por que os brasileiros como que se encontram – e por isso repetem exaustivamente o modelo –, na cidade brasileira contemporânea, no ambiente que reproduz as posturas e os valores da casa patriarcal neles, social e psiquicamente inscritos.

É ancorado nessa idéia que Mitscherlich, apoiado teoricamente na escrita freudiana, escreveu: “Mostra-me tua casa e te direi quem és” (p. 168). Sintetizava, assim, magistralmente, a convicção que o movia, segundo a qual “a maneira como damos forma ao nosso entorno é uma expressão de nossa constituição interna”, já referida neste texto.

É quando o espaço que a arquitetura materializa, por ser expressão importante da cultura de um povo – assim como a língua, o folclore, a culinária, etc. –, se oferece como o Outro,⁴ isto é, como objeto de identificação⁵ e, nesse sentido, como um espelho singular no qual o humano se reconhece em sua humanidade.

É nesse sentido, ainda, que se pode considerar que, ao mirar o espaço edificado, o seu entorno, o ser humano reconhece nele parte daquilo que o faz ser o que é, tanto do ponto de vista da subjetividade que o singulariza quanto como parte de uma cultura na qual está inserido.

4 A palavra *Outro* grafada com *O maiúsculo* indica uma diferença conceitual, desenvolvida por Jacques Lacan entre o outro, o semelhante, este escrito com o *minúsculo* e o *Outro*, constituído pela Cultura, pelo conjunto de comportamentos, valores e realizações que expressam a vida humana em seu conjunto.

5 O vocábulo *objeto*, na teoria psicanalítica, não tem o sentido de algo palpável, materializado, concreto. Assim, “a palavra objeto não designa a pessoa exterior do outro, ou aquilo em sua pessoa que me é dado perceber conscientemente, mas a representação psíquica inconsciente desse outro. [Nesse sentido,] o outro chamado externo, pode corresponder a uma evocação muito remota de alguém que talvez sequer tenha existido: um personagem mitológico, uma figura do romance familiar, etc., [...] percebido[s] fora de minha consciência e registrado[s] à minha revelia no inconsciente”. Nasio (1991).

Foi a compreensão desse processo – mesmo que de forma intuitiva, uma vez que Freyre, como se sabe, não se referenciou teoricamente na psicanálise – que permitiu ao celebrado autor de *Sobrados e Mucambos* enxergar no ambiente construído do Brasil oitocentista a marca pessoal, a constituição interna da família patriarcal. Conformado à sua imagem e semelhança, esse ambiente produziu uma arquitetura ajustada à realidade da civilização que nascia nos trópicos. Nesse sentido anotou Freyre (1933, p. XXXI, aspas originais, grifos da autora):

Foi [na casa-grande] até hoje onde melhor se expressou o caracter brasileiro; a nossa continuidade social. [...]. Estudando a vida doméstica dos antepassados *sentimo-nos aos poucos nos completar*. É outro meio de procurar-se “o tempo perdido”. Outro *meio de nos sentirmos nos outros* – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. [...]; *um passado que emenda com a vida de cada um*; uma aventura de sensibilidade [...].

Com o conceito de identificação fica mais fácil perceber o elo de ligação – um passado que emenda com a vida de cada um – e, sobretudo, de permanência –, as marcas identitárias uma vez efetivadas se inscrevem para sempre no psiquismo – que fez da casa patriarcal, sua forma, seus valores e premissas fundamentais, a marca da cidade brasileira, da colônia aos nossos dias.

É porque ao olhar o ambiente construído o sujeito vê a si mesmo, como num espelho, repita-se, que esse sujeito *como que se encontra* nele e por meio dele, isto é, reconhece a si mesmo na casa, na cidade, no espaço que, uma vez edificado, reflete os valores que lhe são mais caros, suas crenças mais íntimas, sua cultura, enfim.

Como sempre, os poetas lançam luz sobre uma questão que pode tornar-se penosa e árida, devido à sua complexidade, quando a ela se quer chegar pelos caminhos da ciência. Assim, Drummond, em verso magistral, não se constringe em declarar: “a cidade sou eu” (1989), registrando, desse modo, um sentimento de identificação tão profunda quanto aquele de que fala a poeta Cora Coralina (1984):

Goiás, minha cidade...
.....
Eu vivo nas tuas igrejas
e sobrados
e telhados
e paredes
Eu sou aquele teu velho muro
.....
Eu sou estas casas
encostadas
cochilando umas nas outras,

versos que testemunham uma relação ratificada por Bandeira (1966) quando, fazendo jus à sua condição de poeta maior, assim escreveu:

Mas não houve um dia em que te não sentisse dentro de mim:
nos olhos, nos ouvidos, no sangue, na carne,
Recife.

Em outras palavras, é porque nós como que nos encontramos no espaço edificado à nossa imagem e semelhança – isto é, num espaço que materializa as características que nos definem culturalmente –, que a produção urbanística da cidade no Brasil continua a se realizar de acordo com o que dita a constituição interna, marcadamente inconsciente, ressalte-se ainda uma vez, que define o povo brasileiro.

Nesse sentido, a opção por continuar a prestigiar o espaço privado em detrimento do espaço público – dando a este um lugar secundário na vida social e na configuração urbanística na cidade brasileira –, expressa precisamente aquilo que nos define culturalmente.

Anotações finais

A *casa* brasileira, tal como a construiu o Brasil patriarcal, desempenhou um papel muito maior do ponto de vista espacial e muito mais significativo em termos psicossociais do que se poderia imaginar, naquele momento específico da vida nacional.

Na verdade, aquele espaço definiu um *traço identitário*, isto é, *um elo comum*, não apenas de natureza social, mas também psíquica, marcadamente inconsciente, que perdura por gerações sucessivas de

brasileiros. Assim, inscrito de modo indelével na memória coletiva do país, esse traço nos faz, a todos, repetir, à exaustão, o modelo – tanto físico, quanto social – que nos fez *brasileirinhos da silva*.

Permitindo que *a gente como que se encontre* em cada esquina, em cada canto, em cada espaço construído à nossa imagem e semelhança – ou seja, reproduzindo em cada um desses espaços o elo comum que nos irmana –, o espaço que se continua a edificar na realidade brasileira contemporânea ratifica plenamente os costumes, os comportamentos e as atitudes que têm dado forma à paisagem social do país.

Tem-se, assim, sob esse ponto de vista, uma razão plausível para melhor compreender por que a cidade brasileira continua a repetir no espaço que cotidianamente edifica os mesmos equívocos que marcaram a construção da paisagem social – e ambiental – do Brasil patriarcal.

Em especial, os equívocos que a fizeram dizer *não à rua* e com isso perder parte importante da vida que se quer urbana, plena, rica, cidadina. Os equívocos que a fizeram erguer-se voltada para o espaço privado e, dessa maneira, reproduzir um modo excessivamente *privativista* de ver a vida – com todos os limites de quem vê apenas a si mesmo – e do qual, desafortunadamente, ainda não se livrou a sociedade brasileira.

Na verdade, essa sociedade ainda não se deu conta, aparentemente, de que ratificar a primazia do espaço privado em detrimento da construção do espaço público a faz mais pobre.

Ainda não se deu conta de que erguer muros altos em volta dos espaços privados, hermeticamente fechados, protegidos com guaritas informatizadas, etc. – a versão atualizada dos cacos de vidro dos antigos sobrados – não favorece, em nada, a prática da urbanidade própria do viver urbano e indispensável a um modo de vida qualitativamente diferenciado.

Ainda não se deu conta, pois, dos efeitos sociais e urbanísticos do processo de *desertificação da rua* – o modo contemporâneo de negá-la na cidade brasileira. Não se deu conta de que esse processo, provocado pela inexistência ou pela insuficiência de portas que se abram efetivamente para o espaço público, não contribui, de maneira alguma, para amenizar a tensão de uma relação socialmente injusta –

uma marca brasileira que o tempo só tem acirrado –, existente entre os *brasileiros de antiga linhagem* e os que habitam os espaços considerados menos nobres da cidade.

Os efeitos sociais e urbanísticos desse modo de conceber e construir o espaço não devem ser minimizados. Esses efeitos podem ser mais facilmente apreendidos se se tem em mente que essa maneira de edificar favorece o surgimento de ambientes hostis, com todos os problemas próprios da hostilidade, naturalmente, sobretudo quando essa hostilidade se manifesta coletivamente.

Ainda não se deu conta, tampouco, de que é precisamente a existência de um espaço público no desempenho das suas funções mais nobres, o espaço que, nas cidades, nos faz urbanos, cordatos, capazes de exercitar um convívio social adequado a esse modo de vida.

São, pois, as marcas que definiram a casa patriarcal como símbolo da nossa constituição social, materializadas na paisagem edificada, que se descortinam cotidianamente diante dos brasileiros que os faz nelas se reconhecerem em sua brasilidade. São essas marcas, ainda, arraigadas profundamente na vida e no imaginário social brasileiro, que impedem a construção de um espaço público que espelharia uma outra face, esta ainda por se definir entre nós.

Uma face onde o pluralismo de idéias, de conceitos, de práticas e de posturas coletivas transformaria um dos países mais injustos do mundo numa sociedade em que cada um pudesse ser visto e tido, e respeitado, e reconhecido, e considerado como parte de um conjunto maior. Uma face na qual, ao se mirar o povo brasileiro, se possam ver cidadãos e não mais *senhores*. Afinal, onde existem privilégios não há direitos. Sem isso, isto é, sem que a sociedade brasileira construa para si mesma um rosto diferente daquele que até hoje apresenta, a cidade brasileira, o ambiente construído onde se materializa sua face social não se fará muito diferente do que tem sido até o momento.

Esse fato – a possibilidade de moldar um novo rosto para a civilização que se ergueu nos trópicos, como diria Freyre – não deixa de ser alvissareiro. Na verdade, esse modo de ver e, sobretudo, de acreditar, aponta, no futuro, para um ambiente diferenciado daquilo que até hoje tem constituído a paisagem social e a paisagem edificada do país, posto que o legado da casa patriarcal ainda se faz tão presente entre nós.

É essa a chance que o país tem de olhar a cidade que edifica e ver a si mesmo, dessa feita no acolhimento de um espaço que se fez público, pleno, republicano, e não apenas no asilo de um ambiente menor, onde a vida tem lugar apenas no abrigo do espaço interno.

Referências

- BANDEIRA, M. (1966). *Estrela da vida inteira, poesias reunidas*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- BIRMAN, J. (2000). *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CHEMAMA, R. (1995). *Dicionário de psicanálise*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- CORALINA, C. (1984). *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*. São Paulo, Global.
- DRUMMOND DE ANDRADE, C. (1989). “Coração numeroso”. In: *Antologia poética*. Rio de Janeiro, Record.
- FERREZ, G. (1981). *O álbum de Luís Schlappriz: memória de Pernambuco 1863*. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- FREYRE, Gilberto (1936). *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro, Record.
- _____. (1933). *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Mais & Schmiat,
- _____. (1960). *Um engenheiro francês no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio.
- _____. (1979). *Oh! de casa! Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- FREUD, S. (1973). Psicologia de las massas y análisis del yo. In: *Obras completas de Sigmund Freud* (v. III, pp. 2564-2610). Trad. de L. L. Torres. Madrid, Editorial Biblioteca Nueva,
- _____. (1973). El poeta y los sueños diurnos. In: *Obras completas de Sigmund Freud* (v. II, pp. 1343-1348). Trad. de L. L. Torres. Madrid, Editorial Biblioteca Nueva.

- GOMES, G. (1998). *Arquitetura & Engenho*. Recife, Fundação Gilberto Freyre.
- JAPIASSU, H. (1989). *Psicanálise: ciência e contraciência*. Rio de Janeiro, Imago.
- MARX, M. (1980). *Cidade brasileira*. São Paulo, Melhoramentos.
- MERLIN, P e CHOAY, F. (2000). *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Paris, Puf.
- MITSCHERLICH, A. (1970). *Psychanalyse et urbanisme: réponse aux planificateurs*. Paris, Gallimard.
- NASIO, J. (1991). *Lições sobre os 7 conceitos cruciais de psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ROTH, M. (org.). *Freud, conflito e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SILVA FILHO, O. (1998). *Arquitetura brasileira no Maranhão*. Belo Horizonte, Formato.
- REIS FILHO, N. (2004). *Quadro da arquitetura no Brasil*. 10 ed. São Paulo, Perspectiva.

Recebido em mar/2005
Aprovado em maio/2005

